



Ata nº4/2022

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da sede da junta de freguesia de Vila Flor, pelas vinte e uma horas, teve lugar a sessão ordinária com os seguintes membros: Carina Ferreira, Marisa Esteves, Patrícia Félix, Francisco Fernandes, Fátima Mesquita, Tiago Morais, Emílio Almendra, Maria da Conceição Lopes e Sónia Queijo.

A sessão teve a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - aprovação da ata número três de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois;

Ponto dois - período antes da ordem do dia;

Ponto três - período da ordem do dia;

Ponto três.um - apreciação da atividade da junta de freguesia;

Ponto três.dois - outros assuntos de interesse para a freguesia;

Ponto quatro - período de intervenção do público.

A presidente da assembleia de início à sessão com o primeiro ponto da ordem do dia referindo que teriam sido detetados três erros ortográficos: um na primeira página após os pontos da convocatória na quarta linha em que estava escrito "reuião" e não "reunião", na página dois no último parágrafo onde estava "ao presidente da junta as atas da reuniões" deveria estar "das" e na penúltima linha estava "mandado" em vez de "mandato". Questionou a oposição se havia alguma correção ou questão a fazer.

Nesta rubrica inscreveu-se Emílio almendra que referiu que na página quatro, no segundo parágrafo, essa afirmação não foi dele e pediu para ser corrigida, na página cinco também no segundo parágrafo, linha cinco, diz que a lei está errada sendo a "Lei n.º 29/87, de 30 de Junho" e no antepenúltimo parágrafo falta a resposta da oposição à pergunta deixada pelo presidente da mesa da assembleia.

Conceição Lopes também pediu para intervir, referindo que na parte onde ela fala, ela não referiu a rubrica que consta na ata e que a resposta que obteve não seria aquela que constava na ata.

Em relação às correções solicitadas pelo membro Emílio Almendra, Carina Ferreira refere eu serão corrigidas e sobre o erro que Conceição Lopes refere, que seria ouvida novamente a gravação e os apontamentos dos elementos da mesa e caso estivesse errado seria também corrigido.

O membro da junta Paulo Sansorda referiu que haveria ainda um erro na página número três, no parágrafo cinco, em que o valor atribuído a cada associação é de setecentos e cinquenta euros e não de cento e cinquenta euros.

Não havendo mais nada a referir sobre a ata procedeu-se à sua votação tendo sido esta aprovada por unanimidade.

Tiago Morais referiu que a aprovação da ata deveria vir dentro do ponto do período da ordem do dia e não num ponto separado.



Carina Ferreira passou então ao segundo ponto da ordem de trabalhos, no qual se inscreveu Conceição Lopes que questionou o presidente da junta de freguesia se o órgão que ele representava lhe merecia respeito e que após a resposta poderia ter ou não mais questões para fazer.

Justino Santos respondeu que obviamente que sim, que o órgão lhe merece todo o respeito.

Conceição Lopes questiona então porque é que não receberam as atas já solicitadas na reunião anterior.

O presidente da junta responde que elas estão disponibilizadas no site da junta de freguesia e por isso não haveria necessidade de serem enviadas.

Conceição Lopes refere que estão disponibilizadas as deste mandato e que eles pediram as atas do anterior mandato também.

A presidente da mesa interrompeu e perguntou quais seriam essas atas concretamente, isto é, a que anos ou mandatos se refere concretamente o pedido. Ao que Conceição Lopes respondeu que apenas as do mandato anterior a este, as do quadriénio dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um.

O membro Tiago Morais diz que um mandato é um mandato e que não lhe agrada o teor com que a presidente da mesa questiona.

Carina Ferreira refere que não compreende a qual “teor” o membro Tiago se refere, simplesmente questionou para clarificar.

Justino Santos diz que vai ser pedido o parecer à CCDRN e à ANAFRE e caso seja favorável eles vão publicar as atas todas mas desde o ano dois mil, caso existam, uma vez que algumas atas desapareceram da sede da junta de freguesia.

Conceição Lopes refere que não pediram para publicar as atas mas sim para obterem uma cópia em papel.

Justino Santos finaliza referindo que se essas duas entidades disserem para dar cópia eles dão, se for para publicar então serão publicadas.

Emílio Almendra questiona que o presidente da junta sabe que apenas tem trinta dias para dar resposta ao que o presidente da junta responde afirmativamente. Emílio refere que que já passaram mais de sessenta dias sobre a primeira data em que solicitaram as atas anteriores e referiu que o parecer da ANAFRE por eles solicitado também não lhes ter sido fornecido. O membro da assembleia questiona o presidente da junta sobre se este sabe o que é o código fonte da internet e que esse mesmo código revela que o site da junta foi criado em fevereiro e as atas apenas publicadas em junho, apenas com o objetivo de não ser marcada a assembleia extraordinária que a oposição tinha solicitado, referindo que se não for feito tudo de acordo existem instâncias superiores adequadas onde se pode recorrer.

O presidente da junta, Justino Santos, refere que a oposição faça como entender, da melhor forma, e que se da opinião deles for preciso manter a junta em tribunal que o façam.

O membro Conceição Lopes diz que fez um pedido na tomada de Posse, de obter as atas, pois já que não fazia parte da junta anterior, para dar a sua opinião nesta nova junta necessita de saber como tinham sido as coisas no mandato anterior.



Justino Santos refere que só foram publicadas em junho porque o site não estava completo, não havendo ilegalidade nenhuma e que sobre o prazo referido dos trinta dias que tinha toda a razão.

Emílio Almendra refere que não é uma questão de haver ilegalidade ou não, apenas que não gostava que fosse atirada areia para os olhos, e que a reunião que eles tinham solicitado não tinha sido marcada e deveria ter sido. Que quando falavam se havia respeito e confiança no órgão se referiam a estas situações visto não terem sido dadas justificações necessárias para não terem sido facultadas as atas.

Carina Ferreira presidente da mesa da assembleia geral referiu que apenas tentou ajudar uma vez que haviam membros que não poderiam estar presentes, afirmou ainda que a Assembleia é um órgão fiscalizador, por isso ao ser eleito este mandato tem obrigação de fiscalizar este executivo e não os anteriores. Disse ainda que esta Mesa de Assembleia tinha sido eleita agora, não por serem juristas ou contabilistas mas sim pelas pessoas que eram, e que neste caso em particular, tentou resolver o mais rapidamente possível e da forma mais pratica possível, sempre apelando ao bom senso de ambas as partes.

A questão das atas já vem desde o início do mandato e que as deste mandato estarão sempre disponíveis referindo que deu aquela resposta no e-mail pois o Justino tinha enviado uma mensagem a dizer que estavam publicadas e que por isso ela os tinha informado que assim estaria resolvido.

Emílio Almendra afirma que a justificação dada agora é mais aceitável para a não marcação da assembleia extraordinária, visto eles terem solicitado a dita reunião por ter sido ultrapassado o prazo dos trinta dias para a entrega dos documentos solicitados.

A presidente da mesa refere que quer que todos compreendam que esta assembleia eleita para este quadriénio vai fiscalizar este mandato da junta, questionando então o que estava em falta.

Emílio almendra refere que faltam as atas do mandato anterior e o parecer da ANAFRE que o presidente tinha sobre um membro da assembleia trabalhar na junta a recibos verdes.

O Presidente da junta refere quanto às atas que vai pedir então o parecer e que nos próximos trinta dias mal tivesse uma resposta fariam chegar até eles, relativamente ao parecer da ANAFRE informou que a presidente da mesa já o tinha e que se quisessem consultar este seria facultado no fim da reunião ou mais tarde mas não entregavam uma cópia uma vez que não sabia ser legal ou não disponibilizar uma cópia deste parecer.

Tiago Morais questionou sobre o parceiro que vai pedir, quando e quanto tempo demorará ao que Justino Santos respondeu que até dia vinte e oito de julho as atas seriam publicadas se o parecer for positivo, o membro Tiago Morais pede para ter acesso ao ofício do pedido.

A presidente da mesa passou ao ponto três da ordem de trabalhos, no ponto três ponto um a presidente da mesa questionou se havia algum membro que se queria inscrever, tendo-se inscrito Tiago Morais.

O membro Tiago Morais agradece a informação do que há e do que se fez, informação essa que não havia em anteriores relatórios de atividade, referindo que este relatório tem os saldos e agradece que tenham sido inseridas essas mesmas rubricas, sugerindo a inclusão das empresas adjudicadas, por exemplo, se a Junta ofereceu fotografias,



quem foi a empresa contratada para o serviço, isto apenas para o relatório ficar mais completo. Por último questionou ainda o presidente Justino Santos sobre da viagem a Santarém pois essa viagem não consta no relatório.

O presidente da junta refere que em relação às empresas estão todas nas atas da direção. Emílio Almendra refere que no caso dos chapéus esta não consta, pois leu todas as atas. Justino Santos refere que se não está a empresa terá sido lapso, relativamente à questão da viagem a Santarém o presidente diz que não tem nada a ver com a junta logo não responderia a essa pergunta.

A presidenta da mesa passou então ao ponto três ponto dois da ordem de trabalhos, no qual o membro Tiago Morais se inscreveu.

O membro refere que o presidente da junta só teria que responder se foi pela junta ou não porque não tinha mal nenhum responder à sua questão e questiona quantas pessoas estão a trabalhar na junta de freguesia, em que modalidade e onde estão a trabalhar.

Justino Santos refere que há um trabalhador a recibos verdes, que trabalha com máquinas, três trabalhadores pelo iefp na categoria de cantoneiros e há uma secretária que também está pelo iefp.

A presidente da mesa, Carina Ferreira questiona se há mais algum elemento que tenha mais alguma questão a colocar. Tiago Morais solicitou o parecer da ANAFRE para ler no fim da reunião, pedido ao qual a presidente da assembleia anuiu.

Nada mais havendo a acrescentar e não havendo público para intervir foram entregues as senhas de presença para assinarem.

E nada mais havendo a tratar deu por encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e provada vai ser assinada pela presidente da mesa e pelas secretárias da freguesia.

A presidente: Carina Diniz Rosas Ferreira

A primeira secretária: Orlando Alexandre do Vergo Dura Barbosa Torres e Estêvão

A segunda secretária: Denácia Sofia Almeida Kiri